

Parlamentarismo de Saulo concentra poder em Sarney

BRASÍLIA — Ao presidente da República competirá exercer as chefias de Estado e de Governo, cabendo ao primeiro-ministro a tarefa de auxiliar o Executivo, segundo emenda parlamentarista elaborada pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, e entregue pelo presidente José Sarney ao Deputado Expedito Machado (PMDB-CE), do Centro Democrático.

Saulo Ramos põe o presidente também como comandante supremo das Forças Armadas e com o poder de nomear livremente os oficiais-generais e o consultor-geral da República, enquanto o Congresso ganha a prerrogativa de apresentar votos de censura e de desconfiança contra os ministros, exceto os militares e o das Relações Exteriores.

Ainda pela emenda entregue por Sarney a Expedito Machado, caberá ao presidente garantir o funcionamento regular dos poderes e das instituições — prerrogativa que o anteprojeto do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) confere ao primeiro-ministro. Saulo prevê que a Câmara dos Deputados será dissolvida, convocando-se novas eleições em 60 dias, se impuser três votos de censura ao primeiro-ministro. Para a aprovação do voto de censura será necessária a maioria absoluta (metade mais um).

Egydio — O deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), que foi ao Palácio do Planalto com Expedito Machado, apresentou a Sarney uma emenda parlamentarista que dá ao presidente da República poderes para escolher, dissolver e convocar o conselho de ministros. Egydio explicou que sua proposta é semelhante ao sistema em vigor na França e em Portugal — “o presidente da República funcionaria como uma espécie de árbitro, o que seria um fator de estabilidade do regime democrático”.

De volta ao Congresso, o deputado disse que Sarney se mostrou aberto ao diálogo, sem exercer pressões. “O presidente não tem uma idéia fixa sobre sistema de governo. Ele está buscando o que é melhor para estabelecer o regime democrático no país.”

Sant’Anna — O líder do governo na Constituinte, Carlos Sant’Anna (PMDB-BA), disse que, se Bernardo Cabral não modificar a sua proposta parlamentarista, o Centro Democrático apresentará em plenário uma emenda que mantém o presidencialismo. “Já estamos estudando uma fórmula que exclui o primeiro-ministro e o conselho de ministros, mantendo com o presidente a prerrogativa de nomear e demitir quem quiser.”

Líderes tiram força do primeiro-ministro

Os líderes parlamentaristas na Constituinte apresentarão hoje uma emenda comum ao sistema de governo proposta pelo relator, Bernardo Cabral, que reforça o poder do presidente da República, em relação ao primeiro-ministro. A proposta admite, em caso excepcional, que o presidente possa exonerar o primeiro-ministro e, portanto, todo o ministério, ainda que este tenha a confiança da Câmara.

A proposta foi discutida nos últimos dias por um grupo que incluiu os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), José Fogaça (PMDB-RS), Néilson Carneiro (PMDB-RJ) e os deputados Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), Pimenta da Veiga (PMDB-MG), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Konder Reis (PDS-SC). Detalhes da proposta ainda deverão ser debatidos com o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), o mais conhecido parlamentarista da Constituinte.

Segundo o senador José Fogaça, o reforço da figura do presidente, na proposta, deveu-se ao fato de que, eleito por via direta com milhões de votos, ele não poderia ficar com poderes mínimos, como no projeto de Cabral. As negociações incluíram na proposta um parágrafo pelo qual “o presidente da República poderá, excepcionalmente e com prévia autorização do Conselho da República, exonerar o primeiro-ministro, comunicando de imediato em mensagem ao Congresso as razões de sua decisão e a nomeação do novo titular”.

Brasília — José Varella



Egydio (E) foi com Expedito ao Planalto

Acordo pára na reforma agrária

Dos 29 temas que estão sendo emendados pelo bloco de esquerda, que tem 102 parlamentares, a reforma agrária é o maior entrave nas negociações com o grupo do consenso. Depois de uma tarde inteira de discussão no Centro Cultural Missionário, o Cáritas, a esquerda concluiu que a possibilidade de conversão em dinheiro dos títulos da dívida agrária, aberta no relatório de Bernardo Cabral, é obstáculo maior à desapropriação das terras do que o retardamento da imissão de posse, que os conservadores conseguiram impor.

“Se existe a possibilidade de conversão em dinheiro dos títulos da dívida agrária, caso um proprietário ganhe a causa na Justiça, a reforma agrária acabou”, afirmou o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima. “O governo não tem dinheiro e, se existe a possibilidade de ter que pagar em dinheiro, simplesmente vai deixar de fazer desapropriações”, ponderou. “Esta também é uma porta aberta para grandes negociações”.

Desde a tarde de anteontem, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), um dos coordenadores do bloco de esquerda, circulou entre o Cáritas e a Fundação Getúlio Vargas, onde o grupo de consenso se reunia, para tentar algum entendimento na questão da reforma agrária.

Papel militar será revisto

O grupo interpartidário do senador José Richa (PMDB-PR) apresentará hoje emenda ao projeto de Bernardo Cabral, modificando o item sobre o papel das Forças Armadas. Ontem, em palestra na Escola Superior de Guerra, no Rio, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, defendeu as atuais atribuições do Exército, Marinha e Aeronáutica.

A proposta do grupo de Richa retomará a redação do projeto “Hércules”, pelo qual as Forças Armadas destinam-se “à defesa da pátria e dos poderes constitucionais da lei e da ordem”. Muda, portanto, o texto de Cabral, que reserva às Forças Armadas “a defesa da Pátria e a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes da ordem constitucional”.

Este item não obteve consenso entre o grupo de Richa (moderado) e o “grupo do consenso”, do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), mais esquerdista. Também não houve acordo sobre a reforma agrária e a criação ou não do Tribunal Constitucional. Hoje termina o último prazo para emendas ao substitutivo de Cabral. As questões sem acordo entre os grupos serão decididas por voto na Comissão de Sistematização da Constituinte.

No caso da reforma agrária, não houve acordo no mecanismo sobre a imissão na posse da propriedade desapropriada. A esquerda, disse Scalco, insiste em que, uma vez decretada a desapropriação, a terra não pode voltar aos

antigos donos, ainda que tenha havido erro no processo. Já o grupo de Richa admite a volta da terra aos antigos donos, se o Judiciário apontar erro no decreto de desapropriação.

□ O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, vai responder hoje à solicitação do senador Marco Maciel, presidente do PFL, que quer dilatar o prazo de apresentação de emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral. Ulysses, que tem se mantido inflexível na administração do tempo de trabalho da Constituinte, não se mostrou disposto a conceder o prazo pedido pelos pefelistas.

Segundo Marco Maciel, este é o último período possível de negociação na Constituinte, pois, depois que Bernardo Cabral entregar o seu segundo substitutivo, começará a votação. “Aí vai ser só o trabalho de cada um contar os votos que tem”, argumenta o senador Carlos Chiarelli.

Pelo regimento da Assembléia, as emendas ao primeiro substitutivo de Cabral só podem ser apresentadas até hoje à meia-noite. Depois disso, o relator dispõe de prazo até segunda-feira, 7 de setembro, para fazer o seu segundo substitutivo. O senador Marco Maciel quer pelo menos mais uma semana para negociações.

— Se aumentarmos o prazo do entendimento, estaremos mais à frente ganhando tempo em discussões que deixaremos de ter no plenário com matérias que são polêmicas e que nós poderemos, antecipadamente, chegar a um consenso.

Maciel condena emoção no debate do sistema

O presidente do PFL, Marco Maciel, disse que o presidente José Sarney cometeu um erro ao colocar em discussão a duração de seu mandato, em discurso transmitido por cadeia de rádio e TV, mas que a Constituinte não pode agora se deixar contagiar por um clima emocional ao debater o sistema de governo.

“O presidente errou e eu tive a oportunidade de dizer isso pessoalmente a ele. Mas nós não podemos agora incorrer no mesmo erro, emocionalizando a discussão sobre o parlamentarismo. Precisamos tirar desse debate todo o clima conjuntural que ele tem. A nova Constituição deve ser feita para durar séculos, ou pelo menos décadas, mas parece que estamos trabalhando nela como se fosse uma lei ordinária que vai ficar pouco tempo” — afirmou Maciel, com veemência, fugindo um pouco ao seu tom habitual.

O senador criticou a vinculação do debate sobre parlamentarismo à duração do mandato do presidente Sarney, e defendeu a adoção do presidencialismo, por ser o melhor sistema de governo para o Brasil a longo prazo.

— Toda essa discussão é meramente conjuntural. Se debatemos isso profundamente, vamos chegar à conclusão que a maioria da Constituinte é presidencialista. O parlamentarismo vai criar um clima de instabilidade. Além disso, esse sistema não é nenhuma vacina que deixe o país imune a governos militares. Em Portugal, Salazar foi ditador 41 anos como primeiro-ministro e, no Leste Europeu, vários países adotam o parlamentarismo — acrescentou Maciel.